

CENTRO UNIVERSITÁRIO ATENAS

ISABELLA XAVIER DE MOURA

URBANIZAÇÃO: favelas no Brasil

Paracatu

2019

ISABELLA XAVIER DE MOURA

URBANIZAÇÃO: favelas do Brasil

Monografia apresentada ao Curso de Engenharia Civil do UniAtenas, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Engenharia Civil.

Orientador: Prof. Carlos Eduardo Ribeiro Chula.

Paracatu

2019

URBANIZAÇÃO: favelas do Brasil

Monografia apresentada ao Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário Atenas, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Engenharia Civil.

Área de Concentração: Urbanização

Orientador: Prof. Carlos Eduardo Ribeiro Chula.

Banca examinadora:

Paracatu-MG, 20 de novembro de 2019.

Prof. Carlos Eduardo Ribeiro Chula
Centro Universitário Atenas

Prof. Msc. Pedro Henrique Pedrosa de Melo
Centro Universitário Atenas

Prof^a. Dra. Lidiane Aparecida Silva
Centro Universitário Atenas

Dedico este trabalho à minha mãe Elijane Xavier, que é uma grande colaboradora e incentivadora dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus professores, Carlos Eduardo Ribeiro Chula, Romério R. Silva, Pedro Henrique Pedrosa de Melo, minha coordenadora Glenda Maria Colim, minha mãe e irmã por todo apoio durante esta caminhada.

A conquista é um acaso que talvez dependa mais das falhas dos vencidos do que do gênio do vencedor.

Madame de Stael

RESUMO

Estudos sobre favelas brasileiras e a urbanização das favelas viraram pautas de várias instituições acadêmicas e também de Políticas Públicas a fim de contribuir com novos estudos sobre as questões de assentamentos e moradias. Com base nisso, este trabalho buscou caracterizar favela historicamente para identificar a causa do surgimento das favelas no Brasil, assim como os principais problemas que os moradores das favelas enfrentam diariamente, desde a infraestrutura até questões de segurança pública. A urbanização de favelas trata-se de um método multidisciplinar onde muitas características persuadem em sua conclusão.

Palavras-chave: Urbanização. Favela. Moradias Precárias. Periferia.

ABSTRACT

Studies on Brazilian favelas and the urbanization of the favelas have become the agenda of various academic and public policy insights to contribute to further studies on settlements and housing issues. Based on this, this paper sought to characterize favelas historically to identify the cause of favela emergence in Brazil, as well as the main problems that favela residents face daily, from infrastructure to public safety issues. Slum upgrading is a multidisciplinary method where many features persuade in its conclusion.

Keywords: *Urbanization. Shanty town. Precarious housing. Periphery.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cortiço conhecido como Cabeça de Porco	15
Figura 2 – Morro da Providência e Quartel General.	16
Figura 3 – Esgoto correndo a céu aberto nas vielas da Rocinha.	23
Figura 4 – Falta de espaço entre as casas da Rocinha.	25
Figura 5 – Desabamento de dois prédios na comunidade da Muzema, na Zona Oeste do Rio de Janeiro.	25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA	Amigos dos Amigos
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CV	Comando Vermelho
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FPS	Fundo de Desenvolvimento Social
HBB-BID	Programa Habitar Brasil / Banco Interamericano de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNH	Política Nacional de Habitação
PREZEIS	Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social
PRÓ-FAVELA	Programa Municipal de Regularização de Favelas
PROMORAR	Programa de Erradicação de Submoradia
PSH	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
SNH	Sistema Nacional de Habitação
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCP	Terceiro Comando Puro

UNFPA Fundo de População das Nações Unidas

UPP Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1. PROBLEMA DE PESQUISA	12
2. HIPÓTESES	12
3. OBJETIVOS	12
3.1. OBJETIVO GERAL	12
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
4. JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	12
5. METODOLOGIA DO ESTUDO	13
6. ESTRUTURA DO TRABALHO	14
2. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DAS FAVELAS	15
3. PRINCIPAIS PROBLEMAS ENCONTRADOS NAS FAVELAS BRASILEIRAS	23
4. PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS	28
7. EIXOS DE AÇÃO DE REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

O espaço urbano se ocupou de uma maneira muito rápida. A necessidade de urbanização provocou a formação de assentamentos ilegais que são caracterizados por população com baixo indicador social. Essa é uma realidade bem presente nas grandes metrópoles brasileiras, esse tipo de moradia tornou-se uma preocupação para os gestores urbanos uma vez que a baixa qualidade de vida dos moradores dos assentamentos ilegais aliado ao não efetivo direito a cidade, pode interferir no sistema social urbano (LEITE, 2010).

De modo geral, as áreas mais pobres do mundo, sofrem maior exposição a doenças, além de receberem menos cuidados de prevenção tendo como consequência o aumento das chances de adoecimento. Quando essas pessoas adoecem, além de passarem por mais situações de risco por ser mais vulnerável, elas também enfrentam dificuldades no acesso à atenção à saúde qualificada (LEITE, 2010).

Um dos pré-requisitos para uma atenção à saúde de forma eficiente, é manter o acesso universal, integral e igualitário a todos, esses são os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), é uma das fontes que coadjuvam positiva ou negativamente na capacidade de resolutividade do sistema às necessidades de saúde da população (CERQUEIRA e PUPO, 2009).

Na visão dos moradores de assentamentos ilegais, a favela é uma tentativa de se inserir no espaço urbano a fim de ter uma moradia digna. Homens e mulheres migram para as favelas para defender seu direito de permanência no espaço urbano. A favela é um espaço onde a desigualdade reina, e é também onde a população pobre assinala sua presença, o que alude uma análise sobre a qualidade de vida que lhes é oferecida e o que é espaço urbano (BARBOSA e SILVA, 2005).

A partir deste contexto, estudos sobre favelas brasileiras e a urbanização das favelas viraram pautas de várias instituições acadêmicas e também de Políticas Públicas a fim de contribuir com novos estudos sobre as questões de assentamentos e moradias. Com base nisso, este trabalho buscou caracterizar favela historicamente para identificar a causa do surgimento das favelas no Brasil, assim como os principais problemas que os moradores das favelas enfrentam diariamente, desde a infraestrutura até questões de segurança pública.

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

Como resolver os problemas habitacionais das favelas brasileiras, a fim de melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram nestes locais?

1.2. HIPÓTESES

- a) É necessário aumento da infraestrutura.
- b) É preciso pensar no aproveitamento do espaço denso, superpopuloso.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. OBJETIVO GERAL

Identificar os maiores obstáculos para o processo de urbanização das favelas brasileiras.

1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) caracterizar historicamente o conceito de favela;
- b) identificar os principais problemas encontrados nas favelas do Brasil.
- c) descrever o processo de urbanização das favelas.

1.4. JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O problema das favelas no Brasil, não é só um problema de infraestrutura, é um problema social, político, que necessita de interesses maiores que somente o da população, para mudar a qualidade de vida dos seus moradores.

1.5. METODOLOGIA DO ESTUDO

O presente estudo trata de uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória com a finalidade de fazer um estudo teórico explorando e descrevendo os principais obstáculos encontrados no processo de urbanização das favelas do Brasil. Lima e Miotto (2007) afirmam que é comum que a pesquisa bibliográfica apareça caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica. Isto acontece porque faltam entendimento e conhecimento de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa; visto que a pesquisa bibliográfica é um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório.

Ao se tratar de pesquisa bibliográfica ela sempre vai ser para dar uma base teórica ao seu estudo, pois o mesmo não terá grande relevância sem uma base. Lima e Miotto (2007) ainda afirmam que:

Ao tratar da pesquisa bibliográfica, é importante destacar que ela é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos. Portanto, difere da revisão bibliográfica uma vez que vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente. (LIMA e MIOTTO, 2007, pg. 44)

Entretanto, Galvão (2011) cita que realizar um levantamento bibliográfico é se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para ir além. É juntar e adquirir condições cognitivas melhores, a fim de: evitar a duplicação de pesquisas, ou quando for de interesse, reaproveitar e replicar pesquisas em diferentes escalas e contextos; observar possíveis falhas nos estudos realizados; verificar os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas; desenvolver estudos que cubram lacunas na literatura trazendo real contribuição para a área de conhecimento; propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadoras de pesquisa; otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência.

1.6. ESTRUTURA DO TRABALHO

No primeiro capítulo o trabalho descreve o problema, a hipótese, os objetivos geral e específico, bem como a justificativa do estudo e a metodologia a ser abordada.

No segundo capítulo a ser abordado o presente estudo caracteriza a história das favelas no Brasil.

No terceiro capítulo o estudo visa identificar os principais problemas encontrados nas favelas.

O quarto capítulo descreve o processo de urbanização das favelas.

No quinto capítulo o trabalho enfatiza as considerações finais as quais validam a pesquisa, e destacam os pontos críticos do estudo.

2 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DAS FAVELAS

Historicamente, as moradias destinadas à população de baixa renda no Brasil eram precárias, comumente chamados de cortiços ou favelas, os loteamentos periféricos eram construídos pelos próprios povos que viviam ali, alguns refugiados de guerra, outros só em busca de uma moradia digna próximo ao centro urbano. (PASTERNAK e D'OTTAVIANO, 2016).

As favelas surgiram inicialmente no Rio de Janeiro em meados do século XIX. Alguns eventos históricos como a produção cafeeira no Vale do Paranaíba, a abolição dos escravos e o desenvolvimento das indústrias no Brasil desencadearam a vinda dos europeus e ex escravos para o país onde residiam os cortiços, contudo, o crescimento populacional nos grandes centros fez com que o prefeito daquela época Cândido Barata Ribeiro, passasse a proibir esse tipo de moradia que resultou na demolição de um cortiço Cabeça de Porco, visto na figura 1 (FERREIRA, 2005).

Figura 1 – Cortiço conhecido como Cabeça de Porco.



Fonte: Marc Ferrez, G1.

Esse processo de evacuação desalojou aproximadamente 4 mil pessoas, até que alguns ex moradores do cortiço demolido conseguiram autorização para construir casas e alojar pessoas no morro da Providência. Posteriormente um outro grupo, que estava lutando contra a Revolta da Armada também recebeu permissão para construir casas, desta vez no morro de Santo Antônio. Esse povoamento ficou conhecido mais tarde como favelas (FERREIRA, 2005).

No ano de 1897 aproximadamente 20 mil soldados estavam embarcando para a capital do Rio de Janeiro após lutar na guerra dos canudos na Bahia, passaram a morar no morro da Providência, na figura 2. No momento dos conflitos a tropa do governo já morava em uma região denominada Favela, o nome do morro foi homenagem à uma planta que era comum naquela região. Por ter abrigado pessoas que haviam lutado naquele conflito, o Morro da Providência recebeu o apelido de Morro da Favela. O nome tornou-se popular e, a partir da década de 1920, os morros cobertos por barracos e casebres passaram a ser chamados de favelas (MOTTA e ZARTH, 2009).

Figura 2 – Morro da Providência e Quartel General.



Fonte: Anônimo, G1.

Mesmo a favela sendo originada no Brasil, conceituar o termo não é tão simples, pois há outra visão que se confronta, essa gama de significados é devido à complicada situação social e econômica que tem esse tipo de habitação. As particularidades de uma favela sempre variam de uma para outra, até mesmo, as favelas de um mesmo espaço urbano (LEITE, 2010).

O termo favela foi originado no Brasil, mas este tipo de habitação também é comum em outros países pobres, porém recebem outro nome. No Peru por exemplo esse tipo de moradia é chamado de *barriadas*, na Argentina é conhecido como *villa miséria*, na Venezuela é chamado de *barrios*, e em Moçambique, *caniços* (DAVIS, 2006).

O primeiro levantamento sobre favelas foi gerado em 1948 quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incluiu as favelas da capital do Rio de Janeiro na contagem de população. Dois anos depois foi a vez do Distrito Federal ter as suas favelas reconhecidas e a população ser incluída nos dados do IBGE (ALMEIDA, 2016).

O conceito de favelas era dado por um grupo de residências que tivessem no mínimo duas das características abaixo (MORAIS e NETO, 2016):

Proporções Mínimas – grupos prediais ou residenciais formados com número superior a cinquenta; Tipo de Habitação – dominação de casebres ou barracões de aspecto rústico, construídos principalmente com chapas zincadas, folha de flandres ou materiais similares; Condição Jurídica da Ocupação – construções sem fiscalização e licenciamento em terrenos desconhecidos ou de terceiros; Melhoramentos Públicos – ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada; Urbanização – área não urbanizada, com falta de pavimentação, numeração ou emplacamento (MORAIS e NETO, 2016).

O IBGE genericamente adotou o conceito aglomerado subnormal para caracterizar assentamentos irregulares como as favelas, grotas, baixadas, locais invadidos, vilas, comunidades dentre outros locais existentes no Brasil. Foi a partir desse momento que o IBGE passou a divulgar os dados demográficos das favelas de forma homogênea por todo o país (FILHO, 2015).

Durante o período da ditadura militar, o Governo Federal instituiu um regime universal para remover as favelas do Brasil. Apesar do Rio de Janeiro ter sido o ponto central dessa medida por concentrar o maior número de favelas, essa política de remoção já estava ativa em várias outras capitais do país. O regime durou até o ano de 1974, quatro anos depois foi a vez do Programa de Erradicação de Submoradia (Promorar) ser iniciado em nível federal, também com o intuito de acabar com as favelas e moradias irregulares no Brasil (FILHO, 2015).

Esta política de erradicação das favelas serviu para marcar o ponto da reviravolta no modo como o Estado julgava a questão das favelas e que se apresentou na concepção das Áreas Especiais de Interesse Social, pelos Governos Municipais de Belo Horizonte e Recife, em 1983 (DENALDI, 2003).

Em 1986 os Governos locais tomaram frente da urbanização das favelas a fim de redemocratizar e reestruturar o pacto federativo ocasionado pela constituição de 1988. Contudo, cidades como Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Salvador dentre outros locais, iniciaram programas de regularização das

favelas, como o Programa Municipal de Regularização de Favelas (Pró-Favela), Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (Prezeis), Programa Municipal de Urbanização de Favelas, Urbanização Integral e Pré-Urb entre outros programas (CARDOSO e DENALDI, 2018).

Em nível de Governo Federal à medida que teve maior tempo de continuidade foi o Programa Habitar Brasil instituído no mandato do Presidente Itamar Franco nos anos de 1991 a 1994. O programa teve apoio financeiro do Orçamento Geral da União (OGU), essa organização canalizava recursos para projetos de produção de moradias e urbanização das favelas, tendo supervisão dos Estados e Municípios (ROYER, 2002).

O Programa Habitar Brasil persistiu até o segundo mandato do presidente, porém, foi reestruturado para promover a melhoria das condições de habitação nas favelas, foi então que o Governo fez um empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), reformulando o plano para Programa Habitar Brasil/BID (HBB-BID). Os resultados das intervenções nas favelas foram positivos, o que levou outras agências a apoiarem os projetos de intervenções nas favelas (ROYER, 2002).

Com o início do novo período democrático em 1986 foram deliberadas normas gerais sobre a política urbana do país. A nova Constituição Federal (1988) regeu os artigos 182 e 183, e para regular esses artigos foi promulgada a Lei de nº 10.257 denominada como Estatuto da Cidade. Este Estatuto delibera que a política urbana tenha por finalidade organizar as atividades sociais da cidade e da propriedade urbana. Contudo, nesse quadro institucional, a construção de uma política econômica direcionada ao meticuloso monitoramento dos gastos públicos, entre outros fatores, fez com que os recursos atribuídos ao crédito habitacional fossem limitados até 2002 (ROYER, 2009; MARICATO, 2011; SHIMBO, 2010; IPEA, 2010; MORAIS, 2002).

De 2002 em diante, os recursos financeiros reservados para a moradia voltaram a progredir e em 2004 a partir do reconhecimento da Política Nacional de Habitação (PNH), estenderam as alterações institucionais e a administração de fato, dos recursos. A PNH é regulamentada pelo Estatuto das Cidades e é viabilizada pelo Sistema Nacional de Habitação e pelo Plano Nacional da Habitação (CAIXA, 2012).

Em 2003, com o início do Governo Lula, novos caminhos na política habitacional brasileira foram traçados. O foco do governo nas políticas habitacionais era tão claro que foi logo criado o Ministério das Cidades, um órgão com o objetivo de ser a parte dirigente, gestor e formulador da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, tomando para si a administração política e técnica dos problemas urbanos, abrangendo de modo geral as políticas associadas à cidade. Sua grande responsabilidade seria desenvolver e designar sociedades com Estados, Municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos objetivando ponderar as dificuldades urbanas das cidades brasileiras, favorecendo modificações com o ajuda dos recursos legais determinados pelo Estatuto das Cidades (BONDUKI, 2008).

Quando o Ministério das Cidades iniciou suas atividades, deu-se também sequência a alguns projetos efetivos que foram lançados nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), dentre eles a Carta de Crédito Associativo, Programa de Arrendamento Residencial (PAR), o Habitar Brasil/BID, o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), o PróMoradia, e o Apoio à Produção. Além disso em 2004, foi aberto o Programa Crédito Solidário, destinado ao 96 financiamento habitacional com aproveitamento dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) (BONATES, 2008).

O Ministério das Cidades deu sequência ao Projeto Moradia, procedendo um impulso sistemático para a elaboração de uma política habitacional mais segura. O Plano Nacional de Habitação, coordenado pelo recém-criado Ministério das Cidades, elaborou o Sistema Nacional de Habitação (SNH) e implementou as especificações do plano institucional da Política Habitacional (FERREIRA *et al*, 2019).

Ainda em 2004 entrou em vigor a Política Nacional da Habitação (PNH) da qual tinha como segmentos determinantes (RIBEIRO e MOREIRA, 2014):

[...] integração Urbana de Assentamentos Precários, a urbanização, regularização fundiária e inserção de assentamentos precários, a provisão da habitação e a integração da política de habitação à política de desenvolvimento urbano, que definem as linhas mestras de sua atuação (RIBEIRO e MOREIRA, 2014).

No ano seguinte, o Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social (SNHIS) foi instituído pela Lei Federal de nº 11.124/2005, na qual explica Cardoso e Romeiro (2008):

[...] centraliza os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, definindo um modelo de gestão descentralizado, democrático e participativo que deve buscar compatibilizar e integrar as políticas habitacionais federal, estadual, do DF e municipal, e as demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social (CARDOSO e ROMEIRO, 2008)

O governo Lula enfrentou problemas na execução do Projeto Moradia, projeto este que era considerado um dos melhores projetos de política pública já criado pelo presidente, resposta da sucessão na política econômica exercida pelo comando FHC episódio que se estendeu até 2006, quando houve a alteração do Ministro da Fazenda (CARVALHO, 2006).

Tal situação gerava diminuição das chances de instalação de um fundo de subsídio importante para proporcionar assistência à população de baixa renda (BONDUKI, 2008, p. 98). Entretanto, quanto à relação ao Subsistema de Interesse

Social:

[...] o grande salto ocorreu com a Resolução 460 do Conselho Curador do FGTS, que tornou possível uma massiva aplicação de recursos deste, que é o principal fundo para investimento habitacional, em subsídios habitacionais, cujo montante atingiu, em 2006 e 2007, 1,8 bilhões de reais anuais. Com este subsídio e com outras alterações nos programas existentes, foi possível ampliar o atendimento na faixa de renda mais baixa, onde o déficit se concentra (BONDUKI, 2008, p. 100).

Em 2007 o Governo Federal lançou outro programa, desta vez o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com intuito de englobar diversas políticas econômicas, o PAC tinha como prioridade o investimento em infraestrutura, em áreas como transporte, saneamento básico, recursos hídricos e habitação. Embora uma quota relevante do capital do PAC ter sido encaminhado para realizações de infraestrutura para a construção os setores de saneamento e habitação foram favorecidos, direcionando-se os investimentos para a urbanização de assentamentos precários, medida que está obrigatoriamente perante a supervisão do governo (CARVALHO, 2006).

Dois anos após a criação do PAC ainda sob o governo de Lula, foi instaurado o Programa Minha casa, Minha Vida (PMCMV) regido pela Lei nº 11.977/2009. O PMCMV foi projetado para ter resultados e dimensão excelentes respaldando-se num mecanismo generalizado que se espalhou por diversas de cidades pelo país. A sua efetivação revigorou a construção civil, gerou a ascensão

econômica, e articulou-a ao trabalho de elaboradores de políticas públicas, planejadores urbanos, e movimentos sociais (CARVALHO, 2006).

No momento em que o plano foi divulgado o objetivo do Governo Federal era implantar um milhão de casas até 2012. Para isso, precedia um orçamento calculado em 34 bilhões de reais. Essa meta foi cumprida já na abertura da implantação do projeto e por isso o PMCMV efetivou novos registros de financiamento, o que permanece a ser executado desde então (BONDUKI, 2008).

A partir da criação do PMCMV o governo realizou 3 alterações no projeto, popularmente chamadas de Fases 1, 2 e 3. O projeto foi mira de muitas críticas devido a questões financeiras que seria capaz de causar ao Governo, já que uma fração do valor das propriedades é custeada pelo governo. Em contrapartida, também obteve fundamental apoio, pois ajuda na redução das contradições sociais e diminui significativamente o déficit habitacional do país (BONDUKI, 2008).

A segunda fase do PMCMV deu início no comando da Dilma Rousseff em 2011, como parte do PAC 2. O objetivo desta fase era entregar mais 2 milhões de novas residências. A terceira e atual fase com finalidade de entregar 4,6 milhões de novas moradias, iniciou em 2016 e estava prevista para acabar em 2018, porém, a fase ainda segue em andamento no ano de 2019 (AMORE, SHIMBO e RUFINO, 2015).

O programa também contém exigências distintas com base em cada renda familiar (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2019):

Faixa 1: famílias com renda mensal de até R\$ 1,8 mil. O financiamento pode ser feito em até 120 meses, com prestações mensais que variam de R\$

80,00 a R\$ 270,00, dependendo da renda bruta familiar. Além disso, a garantia para o financiamento é o próprio imóvel a ser adquirido. Nesta faixa, a maior parte do valor do imóvel é financiada pelo governo. Faixa 1,5: inclui as famílias com renda mensal até R\$ 2.600,00. Neste caso, o financiamento do imóvel é feito a uma taxa de juros de 5% ao ano e com um prazo de pagamento de até 30 anos. Conta ainda com subsídios do governo de até R\$ 47,5 mil. Faixa 2: para famílias com rendimento mensal até R\$ 4 mil. Nesta faixa de renda, o governo subsidia até R\$ 29 mil na compra do imóvel. Além disso, a taxa de juros anual varia entre 5,5% e 7% e o prazo de financiamento é de 30 anos.

Faixa 3: é para as famílias com renda de até R\$ 9 mil mensais. Para as que apresentam um rendimento entre R\$ 4 mil e R\$ 7 mil, a taxa de juros fica em 8,16% ao ano. Já para aqueles com renda entre R\$ 7 mil e R\$ 9 mil, a taxa de juros anual é de 9,16%, O prazo limite para o financiamento também é de 30 anos (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2019).

Em quaisquer faixas de renda, as famílias pagarão as menores taxas de juros do mercado. Além disso, as pessoas que se encaixam na faixa 3 só podem subsidiar o imóvel dispondo de recursos do FGTS. Além das faixas de renda, encontra-se mais uma condição para inclusão no projeto, o imóvel a ser custeado precisa obedecer a um teto máximo de valor, que varia conforme cada cidade. Por exemplo, no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Distrito Federal, o imóvel deve ser avaliado em no máximo R\$ 240 mil (AMORE, SHIMBO e RUFINO, 2015).

3 PRINCIPAIS PROBLEMAS ENCONTRADOS NAS FAVELAS BRASILEIRAS

Ao longo do século XX, as favelas se tornaram um elemento comum em várias cidades brasileiras. O seu crescimento está ligado ao grande déficit habitacional brasileiro, ou seja, há muito menos moradia do que o necessário para a população, à pobreza e a desigualdade social, os habitantes de favelas em geral não teriam condições de morar em locais mais adequados e salubres, à negligência do Estado e ao fluxo migratório, sobretudo de pessoas que vêm do interior para a cidade grande e do nordeste para a região sudeste, em busca de melhores condições de vida (SILVA *et al*, 2009).

Mesmo com o aumento das ações sociais e o advento de novas tecnologias as dificuldades viventes nas favelas continuam existindo, pois advêm do rápido avanço da desigualdade sócio econômica e da necessidade de planejamento, que é intensificado por políticas que visam diminuir o crescimento das áreas precárias, empenhando-se contra a dinâmica de urbanização quando deveriam trabalhar com as mesmas (UN-HABITAT, 2003).

A administração urbana nas favelas enfrenta dificuldades específicas que se acentuam pelo aumento do fluxo de mercadorias como:

- “Urbanização: A topografia local exerce grande influência com a presença de desníveis acentuados, escadas sem saídas para as ruas e vielas e falta de pavimentação” (KRISHNA *et al.*, 2014).
- “Falta de endereço formal: As favelas proliferam com o passar do tempo, estendendo seus limites com novas construções com localizações muitas vezes omitidas nos mapas” (KRISHNA *et al.*, 2014).
- “Segurança precária: O roubo de cargas dificulta ou impossibilita a entrega de mercadorias para os consumidores finais das favelas. No Brasil, é frequente o controle de entradas e saídas de veículos de carga pelos chefes do tráfico” (KRISHNA *et al.*, 2014).

Apesar de serem taxadas de local de qualidade de vida precária, as favelas mudaram ao longo do tempo. Já não são compostas por barracos propriamente ditos, nem estão totalmente dissociadas do poder público e da economia. A maioria de seus habitantes, hoje em dia, tem acesso a água encanada,

rede elétrica, coleta de lixo, escolas e unidades de saúde. A maioria dos imóveis é adquirida através de imobiliárias informais, e a moradia na favela se tornou importante moeda de troca (DENALDI, 2003).

As favelas, atualmente, também são marcadas por significativa heterogeneidade: seus habitantes já não são apenas os mais pobres, bem como é possível discernir zonas mais nobres que outras dentro das comunidades. Entretanto, apesar dessas transformações, uma parte da favela continua sendo um espaço de pobreza, descaso e insegurança. A maior parte das favelas convive com a presença de facções criminosas, organizadas em torno do tráfico de drogas e de outras atividades ilegais (SILVA *et al*, 2009).

Como é possível apreender a partir do Censo do IBGE de 2010, os moradores de favelas são em geral mais pobres que os moradores de outras áreas, têm uma escolaridade mais baixa, sendo especialmente pequeno o número daqueles que têm formação superior, estão mais ocupados em trabalhos informais, sem carteira assinada, que os moradores de outras áreas, têm menos acesso à água encanada, rede de esgoto e coleta de lixo, apesar desse acesso já ser bem próximo ao de não-favelados. (DENALDI, 2003).

A figura 3 mostra um exemplo de condições precárias vivida por moradores da Rocinha em 2018.



Fonte: Michel Silva, G1.

Nas favelas há grande atuação das chamadas milícias, relacionadas a ou compostas por agentes e ex-agentes de segurança pública. Apesar de uma certa visão positiva que se formou a respeito desses grupos, vistos talvez como bons substitutos do Estado, com o passar do tempo o que se observa é que eles se tornam cada vez mais semelhantes, nas atividades que realizam e nos métodos, às facções criminosas convencionais (BATTIBUGLI, 2006).

Como exemplo, Bacellos e Zaluar (2013) relatam um estudo a respeito da distribuição das facções criminosas no município do Rio de Janeiro:

Segundo dados de 2010, as milícias atuavam em favelas com 422.000 habitantes, o Comando Vermelho (CV) dominava áreas com 377.000 habitantes, Amigos dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando Puro (TCP) atuavam em áreas com 180.000 habitantes. As Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), instaladas nas maiores favelas a partir de 2008 e com expansão contínua nos anos mais recentes, cobriam áreas com 142.000 habitantes, embora estivessem presentes apenas em 7,0% das favelas. Hoje quase inexistem áreas neutras, livres de domínios criminosos (BACELLOS e ZALUAR, 2013).

Esse mesmo estudo aponta para um fato interessante: no Rio de Janeiro, o índice de homicídios dentro das favelas é menor que a média para o município, enquanto que esse mesmo índice, em regiões próximas às favelas, é superior àquela média. Ou seja, a presença de facções criminosas diminui a incidência de crimes violentos, mas as regiões próximas às favelas é que acabam sofrendo mais com esse tipo de crime. De todo modo, a favela é um polo de criminalidade e violência (BACELLOS e ZALUAR, 2013).

Outro problema que perdura nos aglomerados são os danos causados pela péssima localização das moradias e a falta de planejamento na sua construção. A ocorrência de deslizamentos costuma ser grande, já que muitas casas são construídas em terrenos íngremes e com pouca sustentação, figura 3 (SILVA *et al*, 2009).

A falta de planejamento também leva a desastres como os que ocorreram na comunidade da Muzema na figura 4, no Rio de Janeiro, em abril de 2019, quando um prédio construído irregularmente desabou e deixou cinco vítimas fatais. Além disso, a deficiência da infraestrutura também leva à ocorrência de enchentes e incêndios, como o ocorrido ainda em 2019 na favela do Jaraguá, em São Paulo, que deixou cerca de 50 famílias desabrigadas (G1, 2019).

Figura 4 – Falta de espaço entre as casas da Rocinha.



Fonte: Michel Silva, G1.

Figura 5 – Desabamento de dois prédios na comunidade da Muzema, na Zona Oeste do Rio de Janeiro.



Fonte: G1.

Todos esses problemas abordados apontam para a necessidade de intervenções públicas nas favelas. Várias delas têm sido feitas ao longo do tempo. Exemplos são as construções de conjuntos habitacionais e programas de acesso à moradia, como PAC, e PMCMV que intencionam diminuir o déficit habitacional e prover alternativas de habitação aos favelados, projetos de urbanização das favelas, que incluem pavimentação de ruas, instalação de redes de esgoto, construção de escolas e unidades de saúde, projetos culturais e educacionais, com o apoio do Estado ou não, que visam oferecer alternativas para o desenvolvimento humano e profissional dos moradores, sobretudo os mais jovens, intervenção de agentes da

segurança pública, como no caso recente das UPP's e as atuações diárias da Polícia Militar e até do Exército nas comunidades do Rio de Janeiro (DENALDI, 2003).

Quanto a esse último ponto, cabe-nos fazer um breve comentário. Apesar de serem inicialmente saudadas como uma grande solução para a violência na capital fluminense, as UPP's se mostraram relativamente ineficientes com o tempo, seja pela falta de apoio do Estado na sua manutenção, seja pela falta de uma coordenação com outros meios de intervenção, que tornariam as UPP's, não mera ocupação do território, mas vetor de uma verdadeira socialização das favelas (DENALDI, 2003).

Ainda quanto à atuação das forças de segurança pública, cabe ressaltar a notória letalidade das suas ações, que vítima não apenas criminosos, mas também muitos inocentes. O que transparece é que o Estado deve deixar de apenas militarizar a vida nas favelas, na sua perseguição a algo insensata aos funcionários do tráfico varejista, e tentar livrá-la de forma mais eficaz das facções criminosas e dos seus outros problemas persistentes, através de uma integração profunda das comunidades à democracia brasileira (RODRIGUES e ARMSTRONG, 2019).

Uma política pública voltada às favelas deve aceitar a existência da favela, ou seja, deve aceitar as suas especificidades e a legitimidade do modo de vida dos favelados. Jamais deve encará-los como seres descartáveis e removíveis, como certos gestores chegaram a encarar no passado. O foco da intervenção deve estar na melhoria das condições de vida da comunidade e em oferecer aos moradores meios de morar e trabalhar legalmente (RODRIGUES e ARMSTRONG, 2019).

Como destaca Denaldi (2003):

Tanto para promover a urbanização das favelas existentes como para evitar seu crescimento, faz-se necessário ampliar o acesso ao mercado residencial legal, que é restrito a uma pequena parcela da população, e promover na prática o planejamento e gestão urbana inclusiva (DENALDI, 2003).

4 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS

O processo de urbanização nas favelas são obras que dizem respeito não só ao espaço físico, mas também à perspectiva social do lugar e de seus habitantes. As intervenções físicas podem ser questões de diminuição e de precaução dos riscos (inundação, desmoronamento, poluição, etc.), complementação ou implantação de infraestrutura urbana (distribuição de água, rede elétrica, saneamento, pavimentação, drenagem, controle de resíduos, condições viárias, etc.), são fatores que se unem aos problemas sociais como acesso à atividades urbanas (núcleos de educação, segurança, serviços de saúde, condução pública, etc.), o local de serviço, para adequar as questões fundiárias e unir a população, procurando melhorar a resposta de adaptação local (JACINTO, 2013).

Em casos de intervenções mais sérias, o problema habitacional, tanto é intervenção de melhorias das moradias, quanto das realocações, necessitam ainda ser discutida. E o grau de complexidade eleva conforme a extensão (populacional e territorial) do lugar e de características sociais, como violência, presença de tráfico, limitações econômicas e políticas, entre outras (MONTEIRO E VERAS, 2017).

A urbanização é um fato inevitável que vem crescendo em escala planetária. Com o passar dos anos, a população se aglomerou nas cidades tornando a desigualdade socio espacial cada vez maior, uma vez que a dimensão das cidades tem aumentado, provocando uma série de problemas congêneres (SURIANO E RESCHILIAN, 2012).

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) emitiu 2007 um relatório chamado de “Situação da população mundial em 2007: Desencadeando o potencial para o crescimento urbano”. O relatório listou dados possíveis para a população de 2050, onde teremos aproximadamente 2 bilhões de pessoas a mais que em 2007, esses números aumentará o total de habitantes do planeta para 9 bilhões. A questão mais preocupante neste relatório é o aumento exacerbado da população nos centros urbanos totalizando 5 bilhões de pessoas para o ano de 2030, o que representa 60% da população total do planeta (UNFPA, 2007).

O crescimento das favelas cresceu no hemisfério sul e ultrapassou a urbanização, ou seja, houve muito mais gente saindo dos países pobres e indo morar em favelas do que pessoas indo para os grandes centros. Frente

a isso, o processo de urbanização das favelas é um tema bastante estudado atualmente tanto

nas instituições acadêmicas quanto nos órgãos públicos a fim de colaborar na tomada de decisão dos líderes urbanos (DAVIS, 2006,).

As intervenções nas favelas do Brasil se estabeleceram a partir dos anos de 1980, através de um conjunto de práticas que se desenvolveram em várias capitais brasileiras, sob o comando de Governos locais. Do ponto de vista físico, a intervenção nas favelas pode ser feita a partir de três conceitos básicos: remoção, reurbanização e a urbanização (CARDOSO, 2005).

A remoção é a retirada da população para se realojarem em outra área. Essa medida é tomada quando o local é considerado área de risco ou uma área de preservação ambiental por exemplo. A reurbanização acontece por inadequações no local, é refeito inteiramente a estrutura do assentamento, e realojando as famílias na mesma área. Já a urbanização é uma intervenção que não modifica em nada a estrutura do local, as mudanças realizadas são aumentando a infraestrutura e a pavimentação do assentamento. Este último caso é o mais usado em favelas em áreas plenas e menos densas, pelo desenho dos assentamentos respeitarem mais os padrões existentes (CARDOSO, 2005).

A realidade é que diversas intervenções utilizam as três alternativas, seja realojando a população ou até mesmo uma parte dela, ou dividindo uma parte do assentamento discernindo-se por qual seja a característica principal da intervenção. O que vai definir a escolha da intervenção são as condições do sítio, como dimensões da área e lote, praças, viário dentre outros quesitos (CARDOSO e DENALDI, 2018).

O urbanismo nas favelas implica sobretudo em melhorias no ambiente físico, como exemplo pode-se citar a oferta de água encanada, eletricidade, coleta de lixo, saneamento básico, vias pavimentadas, redes de esgotos e iluminação nas ruas. Além disso, o processo de urbanização é capaz também de incorporar recursos extras para restabelecer a ascensão à saúde, serviços sociais e educação, com finalidade de defender os direitos legais dos moradores ao uso do terreno e aumentar a renda dos mesmos (CARDOSO e DENALDI, 2018).

4.1. EIXOS DE AÇÃO DE REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS

- “Legalização e titulação fundiária, buscando a garantia da segurança jurídica da posse do terreno (lotes particulares e áreas comunitárias)” (FERREIRA, 2017).
- “Urbanização, que consiste no provimento de equipamentos e serviços urbanos básicos, intervenções urbanísticas e obras de recuperação sanitária e ambiental” (FERREIRA, 2017).
- “Desenvolvimento socioeconômico, por meio de projetos sociais, conscientização, qualificação e treinamento, cidadania e mobilização popular” (FERREIRA, 2017).

Dependendo da extensão das obras que serão efetivadas e da presença de moradias localizadas em regiões de risco geológico ou incongruidade sanitária e ambiental, a regularização deve também conter dentre suas responsabilidades, o destino das famílias removidas. Uma das soluções destacadas é a implantação de casas públicas e populares dentro do ambiente da favela recém-urbanizada, suspendendo a evacuação da população (FERNANDES, 2001).

Para que a regularização acabe em conversões estruturais profundas, devem-se seguir integralmente estes objetivos e ao mesmo tempo as atividades precisam estar racionalmente articuladas. Se os objetivos e os eixos de ação forem singularizados (como acontece em alguns esquemas que se atentam somente na constatação da segurança jurídica da posse da propriedade privada e no reconhecimento fundiário) não vinculados em um programa de transformação coletiva, a chance de insucesso é alta (FERNANDES, 2001).

Objetivos básicos das regularizações de favelas (FERNANDES, 2001):

- “Integração socioespacial das favelas à cidade formal e à sociedade urbana”.
- “Redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida das comunidades faveladas”.
- “Reconhecimento da segurança jurídica da posse para os ocupantes das favelas”.

Outros pontos que podem ser acrescentados como objetivos em determinados sistemas de regularização são: aumentar arrecadamento da base tributária municipal, ampliação da permeabilidade da extensão da favela ao

comando policial do Estado (do qual o objetivo é combater as drogas, tráfico e outras redes criminais), e manutenção das populações faveladas nos centros urbanos, impedindo a sua evacuação para as periferias metropolitanas precárias (CARDOSO, 2005).

Estudos em geral apontam impressões limitadas porem convincentes que mostram que a urbanização de favelas pode atenuar a disenteria e as despesas que a população tem para obter água potável. Quanto aos resultados da urbanização de favelas na contração da infecção por parasitas, doenças contagiantes/infecciosas em geral, desemprego, e necessidade financeira são conclusões irregulares, ou seja, não é comprovado que o programa de urbanização é capaz de realizar tais mudanças (CARDOSO, 2005).

Considerando que o processo total de urbanização está definido como: levantamento, projeto, implementação da obra, resolução dos problemas encontrados, o que deveria ser avaliado nos pós obra, é possível confirmar que a competência das intervenções de Urbanização de Favelas é muito baixa (FERREIRA, 2006).

A urbanização de favelas trata-se de um método multidisciplinar onde muitas características persuadem em sua conclusão. Também pela precisão de apoio de técnicos de diversas formações, o valor da intervenção resulta da ação homogênea de vários executores nas inúmeras fases do processo. Na maior parte dos casos, não foram implantadas as melhores soluções, mas as prováveis, dados todos os limites institucionais, financeiros, sociais e físicos (FERREIRA, 2006).

Apesar dos problemas graves que ainda existem nas favelas brasileiras, importantes avanços aconteceram. Algumas situações históricas contam a favor do processo de urbanização: o crescimento populacional até o ano de 2010 é consideravelmente baixo, caracterizando um número de 1,17% e mesmo que seja alto nas favelas, não compara com o crescimento que levou a grandes urbanizações precárias nos anos de 1960 a 1970 (CARDOSO, 2018).

Entretanto, a população brasileira continua num ciclo de baixa renda, baixa escolaridade e baixa produtividade que mantem o Brasil refém da pobreza. A educação pública possui qualidade ineficaz, professores desesperançosos, alunos abandonando a escola sem concluir o ensino médio, ficando a mercê de trabalhos mal remunerados futuramente. Oferecer aos jovens formação, oportunidades e

conhecimento, é fundamental para interromper o ciclo de exclusão das favelas (CARDOSO, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de surgimento das favelas no Brasil, é bastante peculiar e relacionado com a história econômica e política de cada cidade e região. Os dados de início do surgimento das favelas brasileiras não devem ser generalizados, deve haver um estudo exclusivo a fim de definir a origem das favelas em cada local separadamente.

Muitos dos problemas de urbanização nas favelas são decorrentes de falhas na resolução dos problemas sociais. Diante dos principais problemas encontrados nas favelas brasileiras, observou-se a falta de planejamento público que é o principal causador de tantas questões não resolvidas sobre a infraestrutura nas favelas. Remoções, ou atitudes estatais com finalidade de se extinguir as favelas, não serão eficientes, é necessário provocar o envolvimento das comunidades locais, a fim atingir uma solução à longo prazo para a crise habitacional. Os moradores das favelas precisam se tornar seus próprios causadores de mudança. Esta abordagem pode garantir o direito a uma habitação sustentável e melhorar a qualidade de vida.

Com o passar dos anos a população se aglomerou nas grandes metrópoles causando uma descentralização para as periferias. Com isso tornou-se necessário iniciar um processo de urbanização nesses locais a fim de regularizar os assentamentos precários e irregulares, porém, é preciso fortalecer a capacidade técnica dos municípios brasileiros para integrar esses projetos de melhoria a uma política habitacional e urbana pensada para o conjunto da cidade. Os poderes Públicos estão com propostas para a urbanização das favelas, contudo estes necessitam de patrocínio do Estado (verba) para fundação dos projetos. Os governantes precisarão ter uma associação entre os órgãos públicos (Estado, o Município, e a Escolas) mantendo uma organização eficaz em que se favorece todos os moradores tendo recursos repassados pelo governo para instalação de casas populares.

Diante disso, a formação das favelas no perímetro urbano cresce a cada dia, o que faz com que esse processo seja cada vez mais preocupante ficando necessitado de novos estudos e de medidas para a urbanização sem causar a exclusão social dos moradores dessas áreas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R.G. **Favelas do Rio de Janeiro: A geografia histórica da invenção de um espaço**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 510 f, 2016.
- AMORE, C.S., SHIMBO, L.Z., RUFINO, M.B.C. **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1 ed. - Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015. 428 p.
- BATTIBUGLI, T. **Democracia e segurança pública em São Paulo (1946-1964)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) Programa de Pós-graduação - Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 318 f, 2006).
- BACELLOS, C.; ZALUAR, A. Homicídios e disputas territoriais nas favelas do Rio de Janeiro. *Revista Saúde Pública*, Rio de Janeiro, N. 48, v.1, p. 94-102, out. 2013.
- Barbosa JLE, Silva JS. *Favela, alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: SENAC; 2005.
- BONATES, M. O Programa de Arrendamento Residencial - PAR: acesso diferenciado à moradia e à cidade. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, n. 7, p. 147-164, 1 jan. 2008.
- BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n.1, p.70–104, 2008. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acesso em: 06 nov. 2019.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Minha Casa Minha Vida - Habitação Urbana**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 6 nov. 2019.
- CARDOSO, A. L. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas: subtítulo do artigo. **cadernos metrópole 17**, p. 219-240, dez./2005. Disponível em: http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/CARDOSO_Avancosedesafiosnaxperienciabrasileiradeurbanizacaoeavelas.pdf. Acesso em: 17 out. 2019.
- CARDOSO, A. L.; DENALDI, R. **Urbanização de Favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2018. p. 1-352.
- CARDOSO, P., ROMEIRO, P. **Sistema nacional de habitação de interesse social à luz do novo marco legal urbanístico: subsídios para implementação nos estados e municípios: lei federal nº 11.124/05** / [Patrícia Cardoso, Paulo Romeiro]. – São Paulo: Instituto Pólis, 2008. 64p.

CARVALHO, R. **A IMPRENSA ESCRITA NA ERA FHC: Análise dos editoriais dos jornais Folha de São Paulo e O Globo no período 1995-2002.** Dissertação (Mestrado em Comunicação e Mercado) – Programa de Pós-Graduação - Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 271 f, 2006.

DAVIS, M. Planeta favela. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006. 272p.

DENALDI, R. **Políticas de Urbanização de Favelas: evolução e impasses.** Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Paulo, 242 f, 2003.

FERREIRA, G. G. *et al.* Política habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida. *urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana, Curitiba*, v. 11, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692019000100202&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 nov. 2019.

FERREIRA, J.S.W. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: Anais do Simpósio “Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização”, UNESP Bauru e SESC Bauru, **Anais**. 21 a 26 de agosto de 2005.

FILHO, A. P. D. Q. As definições de assentamentos precários e favelas e suas implicações nos dados populacionais: abordagem da análise de conteúdo. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 340-353, dez./2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/urbe/v7n3/2175-3369-urbe-2175-3369007003AO03.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2019.

G1 GLOBO. **Conheça a história da 1ª favela do Rio, criada há quase 120 anos.** Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/01/conheca-historia-da-1-favela-do-rio-criada-ha-quase-120-anos.html>. Acesso em: 6 nov. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010 p.29.

KRISHNA, A. *et al.* **Diverse Types of Slums in Bangalore: Studying Policy-Relevant Differences in association with.** 2014.

LEITE, M. E. FAVELAS EM CIDADES MÉDIAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES. **CAMINHOS DE GEOGRAFIA**, Uberlândia, v. 11, n. 34, p. 162-173, jun./2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16235/9124>>. Acesso em: 6 nov. 2019.

MOTTA, M., ZARTH, P. **Formas de resistência camponesa:** visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 260.

PASTERNAK, S., D'OTTAVIANO, C. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010*. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 75-100, Apr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962016000100075&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 out. 2019.

RIBEIRO, J. A. Z. M. T; MOREIRA, T. A. A política fundiária nos planos locais de habitação: entre a demanda terra e o direito de propriedade. **Ambient. constr.**, Porto Alegre, v. 14, n. 4, p. 217-232, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-86212014000400015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 nov. 2019.

RODRIGUES, R. I., ARMSTRONG, K. **A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.** (Relatório de Pesquisa), Rio de Janeiro, IPEA, 2019. p 70.

ROYER, L.O., **Política Habitacional no Estado de São Paulo: Estudo sobre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, CDHU.** Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo no curso de Pós- Graduação em Estruturas Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 224 f, 2002.

SILVA, J. S., *et al.* (orgs). O que é a favela, afinal? Rio de Janeiro: Observatório de Favelas. 2009.

UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas. **Situação da população mundial em 2007:** Desencadeando o potencial para o crescimento urbano. Nova Iorque, 2007.

UN-HABITAT. The Challenge of Slums - Global Report on Human Settlements. Yaccoub, Hilaine. A chamada "nova classe média": cultura material, inclusão e distinção social. *Horizontes antropológicos*, v. 17, n. 36, p. 197-231, 2011.